



PROCESSO Nº 2079332024-0 - e-processo nº 2024.000470032-5

ACÓRDÃO Nº 619/2025

SEGUNDA CÂMARA DE JULGAMENTO

Recorrente: MOHAWK REVESTIMENTOS PARAÍBA LTDA.

Recorrida: GERÊNCIA EXECUTIVA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS
- GEJUP

Repartição Preparadora: CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DA GR1 DA
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADM. TRIB. DA SECRETARIA EXEC. DA RECEITA
DA SEFAZ - JOÃO PESSOA

Autuante: IVONIA DE LOURDES LUCENA LINS

Relator: CONS.º PAULO EDUARDO DE FIGUEIREDO CHACON.

**RECURSO VOLUNTÁRIO. PRELIMINAR DE
NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA.
AFASTADA. MÉRITO. APROVEITAMENTO DE
CRÉDITO DE FRETE (CIF) SEM DESTAQUE NO
DOCUMENTO FISCAL. AUTO DE INFRAÇÃO
PROCEDENTE. MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA.
RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.**

Não se reconhece a nulidade do lançamento quando a análise conjunta do Auto de Infração e seus respectivos demonstrativos permite a plena compreensão da matéria tributável, viabilizando o exercício da ampla defesa, mormente quando o recorrente logra impugnar especificamente cada um dos pontos controvertidos, aplicando-se o princípio do pas de nullité sans grief.

Em observância ao princípio do tempus regit actum, a regularidade do creditamento do ICMS sobre o serviço de transporte na modalidade CIF rege-se pela legislação vigente à época do fato gerador. Estando o aproveitamento do crédito condicionado, por expressa disposição normativa (art. 72, § 2º, II, do RICMS/PB), ao destaque do respectivo valor no corpo da nota fiscal, sua ausência legitima a glosa efetuada pela fiscalização.

Vistos, relatados e discutidos os autos deste Processo, etc...

A C O R D A M à unanimidade e de acordo com o voto do relator, pelo recebimento do recurso voluntário, por regular e tempestivo, e quanto ao mérito, pelo seu desprovidimento, mantendo a decisão singular que julgou procedente o Auto de Infração de Estabelecimento nº 93300008.09.00002078/2024-81, lavrado em 01 de outubro de 2024, contra a empresa MOHAWK REVESTIMENTOS PARAIBA LTDA, inscrição estadual nº 16.290.439-8, mantendo o crédito tributário na quantia de R\$ 20.826,73 (vinte mil, oitocentos e vinte e seis reais e setenta e três centavos), sendo



R\$ 11.900,99 (onze mil, novecentos reais e noventa e nove centavos) de ICMS por infringência aos Art. 72, §2º, II, do RICMS/PB aprovado pelo Dec. nº 18.930/97 e R\$ 8.925,74 (oito mil, novecentos e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos) de multa por infração com penalidade arrimada no Art. 82, V, "h", da Lei nº 6.379/96.

Intimações a cargo da repartição preparadora, na forma regulamentar, que deverá observar o comando do art. 11, § 9º da Lei nº 10.094/2013.

P.R.I.

Segunda Câmara de Julgamento, Sessão realizada por meio de videoconferência, em 04 de dezembro de 2025.

PAULO EDUARDO DE FIGUEIREDO CHACON
Conselheiro

LEONILSON LINS DE LUCENA
Presidente

Participaram do presente julgamento os membros da Segunda Câmara de Julgamento, EDUARDO SILVEIRA FRADE, RÔMULO TEOTÔNIO DE MELO ARAÚJO E LINDEMBERG ROBERTO DE LIMA.

ELIPHAS NETO PALITOT TOSCANO
Assessor



PROCESSO Nº 2079332024-0 - e-processo nº 2024.000470032-5

SEGUNDA CÂMARA DE JULGAMENTO

Recorrente: MOHAWK REVESTIMENTOS PARAÍBA LTDA.

Recorrida: GERÊNCIA EXECUTIVA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS - GEJUP

Repartição Preparadora: CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DA GR1 DA DIRETORIA EXECUTIVA DE ADM. TRIB. DA SECRETARIA EXEC. DA RECEITA DA SEFAZ - JOÃO PESSOA

Autuante: IVONIA DE LOURDES LUCENA LINS

Relator: CONS.º PAULO EDUARDO DE FIGUEIREDO CHACON.

RECURSO VOLUNTÁRIO. PRELIMINAR DE NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA. AFASTADA. MÉRITO. APROVEITAMENTO DE CRÉDITO DE FRETE (CIF) SEM DESTAQUE NO DOCUMENTO FISCAL. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE. MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.

Não se reconhece a nulidade do lançamento quando a análise conjunta do Auto de Infração e seus respectivos demonstrativos permite a plena compreensão da matéria tributável, viabilizando o exercício da ampla defesa, mormente quando o recorrente logra impugnar especificamente cada um dos pontos controvertidos, aplicando-se o princípio do pas de nullité sans grief.

Em observância ao princípio do tempus regit actum, a regularidade do creditamento do ICMS sobre o serviço de transporte na modalidade CIF rege-se pela legislação vigente à época do fato gerador. Estando o aproveitamento do crédito condicionado, por expressa disposição normativa (art. 72, § 2º, II, do RICMS/PB), ao destaque do respectivo valor no corpo da nota fiscal, sua ausência legitima a glosa efetuada pela fiscalização.

RELATÓRIO

Em análise nesta Corte o recurso voluntário interposto contra decisão monocrática que julgou parcialmente procedente o Auto de Infração nº 93300008.09.00002078/2024-81, lavrado em 01 de outubro de 2024, contra a empresa MOHAWK REVESTIMENTOS PARAIBA LTDA, inscrição estadual nº 16.290.439-8, no qual constam as seguintes acusações, *ipsis litteris*:

0674 - UTILIZACAO INDEVIDA DE CREDITO FISCAL (ICMS FRETE NAO DESTACADO NO DOCUMENTO FISCAL) >> O contribuinte reduziu o recolhimento do imposto estadual ao utilizar



indevidamente crédito fiscal do ICMS relativo à prestação de serviço de transporte, modalidade CIF, sem que houvesse o respectivo destaque no corpo da nota fiscal correspondente.

Infração Cometida/Diploma Legal – Dispositivos: Art. 72, §2º, II, do RICMS/PB aprovado pelo Dec. nº 18.930/97.

Penalidade: Art. 82, V, "h" da Lei n.6.379/96.

Por decorrência, a representante fazendária constituiu o crédito tributário na quantia de R\$ 20.826,73 (vinte mil, oitocentos e vinte e seis reais e setenta e três centavos), sendo R\$ 11.900,99 (onze mil, novecentos reais e noventa e nove centavos) de ICMS e R\$ 8.925,74 (oito mil, novecentos e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos) de multa por infração.

Após cientificada por meio de DT-e, a autuada, por intermédio de seus procuradores, apresentou impugnação tempestiva contra os lançamentos dos créditos tributários consignados no Auto de Infração em análise (fls. 10 a 14).

Ato contínuo, os autos foram conclusos e remetidos à Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais, oportunidade na qual foram distribuídos à julgadora fiscal Rosely Tavares de Arruda, que solicitou a realização de diligência, no seguinte sentido:

Considerando-se que a Portaria nº 00025/2025/SEFAZ só foi publicada após transcorrido o momento da apresentação da impugnação, este Órgão Julgador está oportunizando a apresentação dos meios de prova de que tratam a Portaria nº 00025/2025/SEFAZ, art. 1º, II e III, c/c parágrafo único, III, tendo o Contribuinte o prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, para que possa, se assim desejar, fazer a juntada da comprovação de que os valores pagos referentes às prestações de serviço de transporte de que tratam os Conhecimentos de Transporte Eletrônicos, aos quais é o tomador do serviço, indicados no demonstrativo fiscal às fls. 5-7, foram registrados na escrita contábil regular quanto ao pagamento do respectivo serviço ou, na inexistência de escrita contábil regular, o pagamento do respectivo serviço foi registrado no Livro Caixa, devendo apresentar os documentos comprobatórios, indicando e demonstrando os valores registrados, datas de registros, histórico dos registros, com todas as informações necessárias à identificação dos lançamentos na escrita contábil ou livro caixa.

Após tomar ciência da solicitação de diligência, por meio de DT-e (06/05/2025 – fls. 243), o contribuinte apresentou petição (fls. 244 a 248) na qual afirmou:

- a) o auto de infração impugnado tem como objeto operações autuadas cujos serviços foram prestados por transportadores inscritos no Cadastros de Contribuintes do ICMS da Paraíba (CCICMS-PB);
- b) que para comprovar que o valor do serviço do frete compõe a base de cálculo do ICMS, bastaria à Impugnante acostar aos autos os conhecimentos de transporte eletrônicos (CT-e) que aparelham as operações autuadas, desde que seja possível relacioná-los com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e);
- c) a Impugnante acostou como documentos instrutórios todos os conhecimentos de transporte e notas fiscais (docs. 1 e 2) que



aparelham as operações autuadas. Inclusive, a planilha elaborada pela própria fiscalização e que instrui o auto de infração combatido já apresentava a relação dos conhecimentos de transporte com as respectivas notas fiscais (doc. 3);

- d) os documentos ora anexados (docs. 1 a 3) são suficientes para comprovar que o valor do serviço do frete, mesmo sem estar destacado no corpo da nota fiscal, foi incluído no preço do produto e que o ICMS incidente sobre o referido frete foi pago.

Na sequência, a julgadora monocrática decidiu pela procedência da exigência fiscal, nos termos da seguinte ementa:

NULIDADE. INOCORRÊNCIA. UTILIZACAO INDEVIDA DE CREDITO FISCAL (ICMS FRETE NAO DESTACADO NO DOCUMENTO FISCAL). INFRAÇÃO CARACTERIZADA.

O Auto de Infração em epígrafe encontra-se apto a produzir seus efeitos, não havendo incorreções capazes de provocar a sua nulidade por vício formal, em que todos os elementos necessários estão presentes para a elucidação da controvérsia, podendo se proceder ao julgamento sem a necessidade de realização de diligências para produção de provas ou esclarecimento da matéria.

A Fiscalização constatou que o Contribuinte reduziu o recolhimento do imposto ao utilizar indevidamente o crédito fiscal do ICMS relativo à prestação de serviço de transporte, na modalidade CIF, sem que houvesse o respectivo destaque no corpo da nota fiscal correspondente, infringido o RICMS/PB. O Contribuinte não se incumbiu do ônus de apresentar as provas de que tratam o art. 1º da Portaria SEFAZ nº 25 de 30/01/2025. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

Após tomar ciência da decisão singular por meio de DT-e (29/09/2025), o sujeito passivo apresentou recurso voluntário, por meio do qual suscitou os seguintes pontos:

- a) Que deve ser reconhecida a nulidade do lançamento, em razão da singela descrição das infrações, incapazes de revelar os motivos da autuação.
- b) a regra contida no art. 72, § 2º, II do RICMS/PB, não veicula o dever de destaque do “ICMS Frete” e tampouco condiciona a apropriação desse crédito à presença dessa informação na nota fiscal.
- c) Tanto é assim que o §9º do mencionado dispositivo normativo previa, à época das operações autuadas, que “...havendo a comprovação, através de auditoria fiscal, de que o frete, mesmo sem estar destacado na nota fiscal, foi incluído no preço do produto e que o ICMS incidente sobre o referido frete foi pago, a empresa responderá apenas pelo descumprimento da obrigação acessória”;
- d) é inconteste que a ausência do destaque do ICMS Frete não é motivo apto a motivar a glosa do crédito. Há, nesse ponto, uma verdadeira mácula na capitulação legal da autuação, à medida em que o dispositivo eleito pela fiscalização não autoriza a glosa do crédito do ICMS Frete em razão da falta do destaque desse valor. Em outras palavras, o dispositivo apontado na capitulação da autuação não



- condiciona o aproveitamento do crédito do ICMS Frete ao destaque dessa informação na nota fiscal, a revelar a nulidade dessa autuação;
- e) é ilegítima a glosa de créditos efetuada pela fiscalização, eis que o valor do serviço do frete, mesmo sem estar destacado no corpo da nota fiscal, foi incluído no preço do produto e o ICMS incidente sobre o frete foi pago, o que se demonstra à luz da escrituração contábil regular da Recorrente.
- f) Ao juízo da Recorrente, contudo, a sentença recorrida equivocou-se ao interpretar as regras veiculadas pela Portaria nº 00025/2025/SEFAZ, eis que, em relação aos serviços prestados por transportadores inscritos no CCICMS-PB, para comprovar que o valor do serviço do frete compõe a base de cálculo do ICMS, bastaria à Recorrente acostar aos autos os conhecimentos de transporte eletrônicos (CT-e) que aparelham as operações autuadas, relacionando-os com as respectivas Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e), o que, frisa-se, foi devidamente cumprido.
- g) ao analisar os documentos acostados pela Recorrente, a GEJUP constatou que “...como existem CT-e associados as notas fiscais de que tratam a infração, caberia ao Contribuinte comprovar o registro em sua contabilidade do pagamento do serviço consignados nesses conhecimentos de transportes, o que, entretanto, não foi feito a contento após a Diligência solicitada por esta Órgão Julgador”.
- h) Com efeito, a GEJUP assinalou que “A simples contabilização no livro razão quanto ao lançamento de CT-e, não pode ser considerado o registro contábil do que trata a Portaria SEFAZ nº 25, isto é, o registro de pagamento em conta contábil correspondente, demonstrando a saída do numerário do caixa da empresa”.
- i) Assim, a referida decisão manteve a glosa de créditos em relação às operações autuadas, ao fundamento de que os documentos exigidos pela Portaria 00025/2025/SEFAZ para fins de comprovação da inclusão do ICMS no valor do frete não foram juntados aos autos.
- j) o inciso III, do parágrafo único, do art. 1º da aludida portaria, prevê que a comprovação do registro na escrita contábil do regular pagamento depende da apresentação de “Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe, com situação “autorizado”, emitido por transportadora inscrita no CCICMS/PB, desde que seja possível relacioná-lo com a Nota Fiscal Eletrônica - NFe que acoberta a operação da mercadoria transportada”.
- k) É dizer, a própria legislação prescreve que o documento apropriado para fins de comprovação da ocorrência do registro na escrituração contábil do pagamento do serviço é o CT-E com a situação “autorizado”, sobretudo se for possível relacionar esse documento com a nota fiscal que aparelhou a operação.
- l) No caso concreto, a Recorrente juntou todos os conhecimentos de transporte e notas fiscais que aparelham as operações autuadas, valendo-se, inclusive, da relação dos conhecimentos de transporte



com as respectivas notas fiscais indicadas na planilha anexa à autuação.

Na sequência os autos foram remetidos ao Conselho de Recursos Fiscais, distribuídos a esta relatoria, segundo os critérios regimentais, para apreciação e julgamento.

É o relatório.

VOTO

Em exame o recurso voluntário interposto contra decisão de primeira instância, que julgou procedente o Auto de Infração de Estabelecimento supracitado.

Como matéria preliminar, a recorrente sustenta a nulidade do lançamento decorrente da insuficiência da motivação do lançamento fiscal, pois, no seu entendimento, a descrição concisa das infrações, mesmo acompanhada de demonstrativos, prejudicou seu direito de defesa.

O Conselho de Recursos Fiscais possui entendimento consolidado no sentido de que somente é reconhecida a nulidade do lançamento quando houver a conjugação de um defeito no ato com a demonstração de um efetivo prejuízo ao contribuinte, nos moldes do princípio do *pas de nullité sans grief*, de modo a impedir ou limitar sua defesa.

O lançamento tributário, em conformidade com os princípios do devido processo legal administrativo, é um ato complexo cuja interpretação não pode ocorrer em linhas ou tiras ou apenas com base na descrição sumária da infração, mas sim com a análise de todo o conjunto processual.

O Auto de Infração atendeu aos requisitos formais essenciais para sua validade, indicando a pessoa do infrator, a natureza das infrações e os dispositivos legais infringidos, sendo relevante destacar que a defesa da Recorrente conseguiu impugnar detalhadamente cada infração, apresentando argumentos específicos de mérito, em especial, sobre a forma de comprovação de que o valor do serviço do frete, que compõe a base de cálculo do ICMS, seria realizada por meio dos conhecimentos de transporte eletrônicos (CT-e) que aparelham as operações autuadas, relacionando-os com as respectivas Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e).

O fato de a recorrente ter debatido o mérito da infração ratifica que a documentação apresentada pela Fiscalização era suficiente para o pleno exercício do direito de defesa, motivo pelo qual não há como se acatar a nulidade suscitada.

Acusação 0674 - UTILIZACAO INDEVIDA DE CREDITO FISCAL (ICMS FRETE NAO DESTACADO NO DOCUMENTO FISCAL)

Inicialmente, deve ser recordado que a relação obrigacional tributária é regida pelo princípio do *tempus regit actum*, segundo o qual a lei a ser aplicada é aquela vigente no momento da ocorrência do fato gerador.

Tal primado está expressamente previsto no Código Tributário Nacional, que, em seu Art. 144, determina que "o lançamento reporta-se à data da ocorrência do



fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada".

Dessa forma, a subsunção do fato à norma deve ser avaliada com base no ordenamento jurídico em vigor no instante em que o evento tributável se concretizou, garantindo a segurança jurídica e a estabilidade das relações entre o Fisco e o contribuinte, sem que modificações legislativas futuras possam alterar a tributação de eventos passados.

Considerando que os fatos geradores dizem respeito ao exercício de 2020, a acusação de infração tributária por apropriação de crédito indevido ICMS Frete (CIF) tem como fundamento a infringência dos 72, § 2º, II, do RICMS/PB, com a seguinte redação, abaixo transcrita:

Art. 72. Para fins de compensação do imposto devido, constitui crédito fiscal o valor do imposto relativo: (...)

§ 2º O imposto incidente sobre o frete será creditado:

(...)

II - pelo remetente, quando a operação de circulação for CIF, o transportador for contratado por ele e a respectiva base de cálculo incluir o preço do serviço, desde que este esteja destacado no corpo da nota fiscal.

Ao ser devidamente configurada a ocorrência de crédito inexistente, deve ser aplicada a multa por infração, arremada no art. 82, V, “h”, da Lei n. 6.379/96, *in verbis*:

Art. 82. As multas para as quais se adotará o critério referido no inciso II, do art. 80, serão as seguintes: (...)

V - de 100% (cem por cento):

Nova redação dada ao “caput” do inciso V do “caput” do art. 82 pela alínea “c” do inciso I do art. 1º da Lei nº 12.788/23 - DOE DE 29.09.2023.

V – de 75% (setenta e cinco por cento):

(...)

h) aos que utilizarem crédito indevidamente;

Com efeito, para que o creditamento de transporte seja regular, não basta a simples emissão e comprovação do pagamento do serviço do frete em sua contabilidade, como defende o recorrente, pois o aproveitamento do crédito está condicionado ao destaque do imposto no corpo do documento fiscal, conforme exige a legislação.

Por tal razão, não deve ser acatada a preliminar suscitada, que se baseia em premissa normativa não aplicável à relação obrigacional delimitada nos autos, pois o argumento invocado pelo recorrente está lastreado em redação normativa superveniente, que não é aplicável ao caso em questão.

No caso, em se tratando de creditamento do ICMS em relação ao serviço do frete CIF, o Tribunal Pleno, já se posicionou sobre a necessidade de demonstração do destaque do valor no documento fiscal, conforme pode ser constatado por meio da



análise do Acórdão nº 274/2018¹, de Relatoria do Consº Petrônio Rodrigues Lima, que assim se manifestou:

Acusação 1: Crédito Indevido (ICMS frete modalidade cif) (período a partir de 07.03.02)

In casu, trata-se de um descumprimento de uma obrigação principal, em que o contribuinte é acusado de ter se creditado do ICMS relativo à prestação de

¹ Processo nº1517882013-4

TRIBUNAL PLENO

Recorrente: CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

Recorrida: GERÊNCIA EXECUTIVA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS-GEJUP

Repartição Preparadora: SUBGERÊNCIA DA RECEBEDORIA DE RENDAS DA GERÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO

Autuante: JOSE BARBOSA DE SOUSA FILHO/SOSTHEMAR PEDROSA BEZERRA

Relator: CONS.º PETRONIO RODRIGUES LIMA

NULIDADE. PRELIMINARES REJEITADAS. PERÍCIA E/OU DILIGÊNCIA DESNECESSÁRIAS. INFRAÇÕES DIVERSAS. CRÉDITO INDEVIDO. **ICMS FRETE MODALIDADE CIF SEM O DESTAQUE NO CORPO DA NOTA FISCAL.** MERCADORIAS DESTINADAS AO USO E/OU CONSUMO. CRÉDITO INEXISTENTE. CARACTERIZADO. CRÉDITO INDEVIDO SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. DOCUMENTO INIDÔNEO. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. MERCADORIA PARA USO E/OU CONSUMO DO ESTABELECIMENTO. FALTA DE LANÇAMENTO DE NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS. SAÍDAS DE PRESERVATIVOS. RETORNO DE MERCADORIAS REMETIDAS PARA CONserto OU REPARO. OPERAÇÕES INTERNAS E INTERESTADUAIS. AUSÊNCIA DE DÉBITO FISCAL. CRÉDITO INDEVIDO. ENTRADAS DE EMBALAGENS. PARCELA A MAIOR EM RELAÇÃO AO VALOR DO IMPOSTO EFETIVAMENTE DESTACADO. FALTA DE ESTORNO PROPORCIONAL À REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO. PRODUTOS DE INFORMÁTICA. PAGAMENTO EXTRA CAIXA. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.

Preliminares de nulidade - alegação de cerceamento de defesa e ao contraditório, iliquidez e incerteza do crédito tributário, ausência de provas, carência de precisão no momento do apontamento das infrações – não acolhidas.

Desnecessária a solicitação de diligência diante dos elementos probantes inseridos nos autos com evidente conhecimento dos fatos apurados e rebatidos pela recorrente acerca das infrações constatadas.

Os aproveitamentos de créditos fiscais referentes às aquisições da empresa devem obedecer aos parâmetros exigidos na legislação do ICMS do Estado da Paraíba, sob pena de serem considerados indevidos, e ainda inexistentes, se não houver documentação de suas origens.

Ausência de débito fiscal ou seu lançamento a menor referente às operações de saídas, uso de créditos fiscais indevidamente pelas aquisições de mercadorias destinadas ao uso e consumo, ICMS-ST, decorrentes de documentos inidôneos, remessa de mercadorias para conserto sem comprovação de seus respectivos retornos, uso de outros créditos sem comprovação de origem, repercutiram na falta de recolhimento do imposto estadual.

A condição de isenção em operações com preservativos prevista na legislação de regência estabelece que o contribuinte está obrigado a indicar, nos documentos fiscais, o valor correspondente ao ICMS dispensado, o que não ocorreu no caso concreto. A não observância dessa regra condicionante, leva à eclosão da exigência fiscal.

Devido o recolhimento do ICMS- Diferencial de Alíquota, em operações sobre as entradas de produtos destinados ao uso/consumo referentes a embalagens entregues aos clientes como cortesia.

Evidenciados lançamentos nos livros próprios de notas fiscais de entradas com valor total a menor do que os declarados nos documentos de aquisição, indicando, por presunção legal juris tantum, pagamentos com recursos advindos de omissões de saídas pretéritas de mercadorias tributáveis. Ausente a contraprova nos autos, reputa-se legítima a exigência fiscal por pagamento extra caixa.



serviço de transporte, modalidade CIF, sem que houvesse o respectivo destaque no corpo da(s) nota(s) fiscal(is) correspondente(s), resultando na falta de recolhimento do imposto estadual, demonstrativos acostados às fls. 82 a 97, dos autos.

Especificamente, esta acusação retrata o descumprimento de obrigação principal, em decorrência de falta de recolhimento do ICMS, obrigação prevista pormenorizadamente no art. 72 do RICMS/PB, in verbis:

“Art. 72. Para fins de compensação do imposto devido, constitui crédito fiscal o valor do imposto relativo:

§ 2º O imposto incidente sobre o frete será creditado:

I - pelo destinatário, quando a operação de origem for FOB e o transportador for contratado por ele;

II - pelo remetente, quando a operação de circulação for CIF, o transportador for contratado por ele e a respectiva base de cálculo incluir o preço do serviço, desde que este esteja destacado no corpo da nota fiscal.(g.n.)

§ 3º Para os efeitos do parágrafo anterior, entende-se por:

(...)

II - preço CIF, aquele em que as despesas de frete e seguro estejam incluídas no preço da mercadoria.” (...)

Como se observa do dispositivo acima transcrito, para a regularidade da utilização dos créditos, não basta a simples emissão da nota fiscal e o respectivo recolhimento do imposto como afirma a recorrente em suas razões, pois o creditamento fica condicionado ao destaque do imposto no corpo da nota fiscal.

Constituindo, assim, garantia à observância ao princípio constitucional da não-cumulatividade do ICMS, sistemática que evita a oneração excessiva do imposto, fazendo-o incidir, apenas, sobre o valor acrescido em cada fase da cadeia produtiva e de distribuição, conforme disposto no artigo 155 da Constituição Federal, in verbis:

(...)

Não sendo satisfeitas as condições pela empresa recorrente, motiva-se a glosa do crédito, com ensejo da eclosão do fato gerador do ICMS, devendo o crédito tributário ser considerado devido.

Portanto, com relação a esta acusação, estão dispensadas maiores incursões sobre o assunto, configurando-se realmente que a indicação deixou de ser feita pela empresa, pressuposto de eficácia para o creditamento. Assim sendo, caracterizada está a infração.

Razão porque, impõe-se, tão-somente, reconhecer a regularidade da exigência, posto que corretamente assentada nos elementos de instrução suficientes para evidenciar a ocorrência da prática irregular, conforme fundamento nos artigos acusados. Logo, reputamos, pois, por legítima a acusação.

Ademais, à época dos fatos geradores, a inexistência do destaque do valor do serviço do frete no documento fiscal só poderia ser superada por meio do seguinte procedimento:



§ 9º No caso do inciso II do § 2º deste artigo, havendo a comprovação, através de auditoria fiscal, de que o frete, mesmo sem estar destacado no corpo da nota fiscal, foi incluído no preço do produto e que o ICMS incidente sobre o referido frete foi pago, a empresa responderá apenas pelo descumprimento de obrigação acessória, nos termos da legislação vigente.

Assim, a validação do uso do crédito, à época dos fatos geradores, exigia a comprovação do **recolhimento do ICMS frete**, fato não demonstrado no presente processo.

A sistemática tributária do ICMS, ancorada no princípio da legalidade estrita, estabelece o direito ao crédito, para fins de recuperação de valores, de forma rigidamente disciplinada no RICMS/PB, que exige o cumprimento de procedimentos formais específicos.

Conforme a análise dos autos, a fiscalização demonstrou que as condições para o aproveitamento dos créditos não foram satisfeitas, devendo ser considerada acertada a glosa do crédito e, nesse contexto, não se trata de um ato arbitrário, mas da consequência direta da inobservância das normas de regência.

Desta feita, o não preenchimento das condições pela empresa recorrente legitima a glosa do crédito, autorizando a constituição do crédito tributário e a imposição da penalidade respectiva.

Com estes fundamentos,

VOTO pelo recebimento do recurso voluntário, por regular e tempestivo, e quanto ao mérito, pelo seu desprovimento, mantendo a decisão singular que julgou procedente o Auto de Infração de Estabelecimento nº 93300008.09.00002078/2024-81, lavrado em 01 de outubro de 2024, contra a empresa MOHAWK REVESTIMENTOS PARAIBA LTDA, inscrição estadual nº 16.290.439-8, mantendo o crédito tributário na quantia de R\$ 20.826,73 (vinte mil, oitocentos e vinte e seis reais e setenta e três centavos), sendo R\$ 11.900,99 (onze mil, novecentos reais e noventa e nove centavos) de ICMS por infringência aos Art. 72, §2º, II, do RICMS/PB aprovado pelo Dec. nº 18.930/97 e R\$ 8.925,74 (oito mil, novecentos e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos) de multa por infração com penalidade arremada no Art. 82, V, "h", da Lei nº 6.379/96.

Intimações a cargo da repartição preparadora, na forma regulamentar, que deverá observar o comando do art. 11, § 9º da Lei nº 10.094/2013.

Segunda Câmara de Julgamento, sessão realizada por meio de videoconferência, em 04 de dezembro de 2025.

Paulo Eduardo de Figueiredo Chacon
Conselheiro Relator